

## Teologia do Antigo Testamento ou História da Religião do antigo Israel

Preâmbulo à edição brasileira de Antonius H. J. GUNNEWEG, *Teologia bíblica do Antigo Testamento*. Uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005.

Haroldo Reimer

Teologia bíblica é um desiderato no campo do fazer teológico, de uma forma geral, mas em especial também no contexto brasileiro. Afinal, no mundo acadêmico, mas também no universo eclesial, há marcas de fragmentação, de especialização e de ênfase em um dos testamentos bíblicos. Desde uma perspectiva cristã, há a necessidade intrínseca de se fazer uma constante interrelação entre Antigo e Novo Testamento no processo interpretativo destes textos sagrados. Afinal, ambos os testamentos compõem a Bíblia cristã. A busca por essa constante interrelação é uma das marcas do trabalho do professor Antonius H.J. Gunneweg e o presente livro *Teologia Bíblica do Antigo Testamento* certamente contribuirá para preencher esta lacuna no campo da literatura teológica no Brasil. O livro também poderá fornecer importantes e interessantes *insights* sobre este modo de fazer teologia. A presente apresentação busca ressaltar alguns dessas contribuições, mas também procura fazer alguns apontamentos críticos à obra e à metodologia do autor.

Antonius H.J. Gunneweg já tem presença em língua portuguesa através da publicação de sua obra *Hermenêutica do Antigo Testamento*,<sup>[1]</sup> na qual o autor se apresenta sobretudo como um hermeneuta, isto é como alguém que busca fazer o esforço prático e teórico de traduzir para dentro do mundo contemporâneo as vicissitudes de textos da antiguidade.<sup>[2]</sup> Paralelamente à publicação da presente obra, outros pensamentos, reflexões e resultados de pesquisas deste autor também estarão disponíveis em português através da tradução de sua *História de Israel*.<sup>[3]</sup> Assim, junto com esta *Teologia Bíblica*, estará disponível aos leitores e às leitoras da 'última flor do lácio' uma trilogia das obras mais importantes deste autor.

Antonius Hermann Josephus Gunneweg nasceu em 17 de maio de 1922 em Rotterdã, Holanda, com filho de um livreiro. Entre 1940 e 1944 estudou direito na Universidade de Utrecht, Holanda, estando prestes a terminar sua tese de doutorado em direito quando foi levado pelos nazistas para a Alemanha para execução de serviços forçados. Após o final da guerra, retornou para a Holanda e trabalhou como consultor em assuntos de direito financeiro e comércio exterior. Em 1951, retornando para a Alemanha, iniciou seus estudos de Teologia na Universidade de Marburg, tendo como professores importantes mestres como Rudolf Bultmann, Ernst Fuchs e Ernst Wuerthwein. Em 1957, doutorou-se em Antigo Testamento com o trabalho *Tradições orais e escritas dos livros proféticos pré-exílicos como tema da pesquisa contemporânea sobre os profetas*. Após o doutorado, trabalhou como pastor em várias comunidades protestantes nas imediações de Marburg. Em 1963 recebeu a *venia legendi*, isto é, o direito de ensinar na universidade com base no trabalho de habilitação *Levitas e profetas*. Após isso, ao lado das atividades como pastor de comunidade, passou a atuar também como docente na universidade. Em 1968 recebeu o chamado para assumir a cátedra de Antigo Testamento na Universidade de Bonn, na época capital federal da Alemanha, em substituição ao notável pesquisador do Antigo Testamento e História de Israel, Martin Noth. Nesta universidade, Gunneweg lecionou por 19 anos, até a sua aposentadoria em 1989. Para sua última preleção na universidade serviu como base o material reunido no livro que aqui está sendo apresentado. O professor Antonius Gunneweg veio a falecer em 17 de junho de 1990, com a idade de 68 anos. Os materiais do presente livro foram reunidos, levemente sistematizados e acrescidos de indicações bibliográficas por sua esposa e seu assistente e publicados postumamente em 1993, servindo de base para a tradução ao português. Como ressalta a apresentação de Manfred Oeming, o livro mantém marcas de um estilo mais coloquial da preleção oral, o que não deixa de ser interessante na leitura.

A produção bibliográfica de Antonius Gunneweg é bastante extensa.<sup>[4]</sup> Evidencia uma preocupação panorâmica com os mais diferentes temas na pesquisa do Antigo Testamento. Muitas destas produções estão na forma de artigos e capítulos de livros. Deve-se registrar também que o autor dedicou muitas páginas à análise de textos bíblicos, sobretudo de textos inseridos nas séries de perícopes para pregação na Igreja Evangélica da Alemanha, evidenciando-se, assim, uma constante conexão de sua obra acadêmica com vida de fé na comunidade eclesial.

Um das ênfases que perpassa a obra do autor é preocupação com o tema próprio deste livro, a saber: *teologia bíblica*. Essa sua ênfase também vem marcada com alguns traços próprios. Para o autor, é de importância fundamental que os textos sagrados, como expressões de fé dos antepassados bíblicos, devem ter o seu canal de expressão na vida e no tempo contemporâneos, devendo ser normativos para o fazer teológico e para a própria vida de fé. Nisso evidencia-se um traço marcadamente protestante ou evangélico do autor: teologia deve estar ancorada e sustentada pela Palavra de Deus contida na Sagrada Escritura. E essa teologia bíblica deve levar em conta a Bíblia como um conjunto de textos canônicos. Embora tenha sido um pesquisador dedicado ao Antigo Testamento, Gunneweg parece ter tomado sempre uma perspectiva cristã em viés neotestamentário em suas análises de temas bíblicos e históricos. Com isso, tem-se a impressão de que, para o autor, apesar dos textos do Antigo Testamento terem sua vida, dignidade e mensagem própria, eles chegam ao seu pleno sentido quando lidos à luz do evento Jesus Cristo. Assim, o Novo Testamento adquire o papel de critério para a leitura (adequada) do Antigo Testamento, havendo também sempre certa seletividade no processo de leitura.

Essa posição valeu ao autor vários momentos de crítica por parte de exegetas e teólogos alemães mais estreitamente sintonizados com o diálogo cristão-judaico e preocupados em garantir ao judaísmo a validade plena de suas escrituras sem a mediação pelo Novo Testamento e sem a adesão à fé em Jesus Cristo. Trata-se aí de um debate teológico e hermenêutico em solo alemão como consequência do holocausto de milhões de judeus no período do nacional-socialismo (1933-1945). O que os críticos, por um lado, tentam evitar é uma nova e constante expropriação do judaísmo de suas escrituras sagradas (Torã, Profetas e Escritos), reconhecendo que as mesmas têm um sentido próprio sem o crivo do Novo Testamento. Busca-se, assim, assegurar a dignidade do outro justamente pela valorização de sua alteridade. Por outro lado, Gunneweg busca fazer a leitura dos textos em perspectiva claramente cristã, destacando que, por maior simpatia com o judaísmo, a perspectiva cristã será sempre outra, pois tomará a messianidade de Jesus de Nazaré como critério de leitura e avaliação. O embate é claramente hermenêutico, mas tem também suas consequências para a práxis da fé e para o próprio arcabouço teórico-teológico. Embora o debate seja tipicamente alemão, o mesmo pode ter algumas repercussões sobre o fazer teologia (bíblica) em solo brasileiro e latino-americano. Também em nossa teologia deve-se primar por um respeito à cultura e ao desenvolvimento cultural do outro. Nosso problema não é o holocausto de judeus, mas a constante expropriação e subjugação dos povos ameríndios e afro-brasileiros. Em nossa hermenêutica e fazer teológico, o outro, ameríndio ou afro-latino, etc., deve ter presença assegurada com a sua dignidade própria, também de suas tradições culturais e culturais, não devendo ser medido pelo critério neotestamentário. Deve haver, isso sim, um diálogo, em que a messianidade de Jesus é um elemento fundamental e enriquecedor do diálogo e não o critério nivelador ou até anulador.

Fazer uma teologia bíblica significa estar atento especialmente para o dado primário de todo fazer teológico: a existência, a revelação e a percepção do Sagrado. Se Deus é entendido e crido como o princípio criador e estruturador de todo o cosmo, então suas possibilidades de revelação extrapolam qualquer fronteira nacional, geográfica ou étnica. Deve haver uma busca constante pela universalidade de Deus, de suas marcas e de sua mensagem na multifacetariedade e e no multicolor da história humana. Neste sentido, teologia bíblica deve estar atenta à pluralidade das culturas e das expressões de fé dos diferentes grupamentos humanos, em tempos e lugares distintos. Nos textos de Gunneweg, especialmente também na presente *Teologia Bíblica*, verifica-se uma atenção à dialética entre particularismo da revelação e universalidade da mensagem bíblica.

O professor Gunneweg não nega a particularidade da revelação de Javé a Israel, mas mantém sempre uma preocupação pela *continuidade* da mensagem dessa revelação nos momentos históricos seguintes. Isso reforça a ênfase na teologia *bíblica*: há uma continuidade e uma relação dialética entre Antigo e Novo Testamento. Nisso há de se concordar com o autor, isto é, a agregação dos escritos do Novo Testamento à versão grega do Antigo Testamento produziu uma nova obra, que, como tal, deve ser lida e interpretada como um todo.<sup>[5]</sup> Essa perspectiva inaugurou no espaço acadêmico europeu-alemão uma série de estudos e publicações que tem recebido acolhida nas publicações do *Jahrbuch fuer Biblische Theologie* [= Anuário para Teologia Bíblica], mas também em outras publicações como *Biblical Theological Bulletin*, publicado nos Estados Unidos. O trabalho teológico de Gunneweg certamente também contribuiu para isso.

A presente obra traz interessantes e importantes reflexões e resultados da pesquisa sobre a teologia dos textos do Antigo Testamento. O livro está estruturado em 10 capítulos. Entre estes capítulos há alguns que recebem maior peso no tratamento dos materiais e do objeto. Claramente, os capítulos 6 e 7 recebem maior destaque.

O capítulo 6 trata das inovações religiosas no antigo Israel com a introdução da monarquia. A ênfase está claramente colocada nas novidades teológicas e religiosas herdadas e criadas em e a partir da conquista e integração de Jerusalém no circuito dos espaços israelitas. Há observações muito interessantes feitas sobre esse processo. Vale destacar que a própria concepção de Deus como rei provavelmente tem sua origem a partir da teologia produzida em Jerusalém, com prováveis empréstimos cúlticos da cultura cananéia. Isso, aliás é um traço salutar na obra de Gunneweg: ele reconhece, corretamente, que o tesouro simbólico-cultural de Israel foi construído em constante relação dialética de dar e receber com os povos e culturas do entorno.<sup>[6]</sup> No capítulo 6, além do tratamento das questões mais relacionadas com Jerusalém, o autor dedica muitas páginas ao tema da historiografia teológica. Aí revela-se um traço marcante na metodologia e nos pontos norteadores da sua pesquisa. Gunneweg pensa a teologia do Antigo Testamento (ainda quase) totalmente dentro dos marcos da chamada 'teoria das fontes'. Assim, no que tange à historiografia teológica, o autor busca descortinar sobretudo a teologia da fonte J, ou do Javista, como um autor literário e teológico nos primórdios da monarquia unida, no tempo do que Gerhard von Rad chamou de "iluminismo salomônico". Essa inclinação do autor a esse arcabouço teórico na explicação do surgimento dos textos do Antigo Testamento revela um traço conservador de Gunneweg. As novas tendências e modelos explicativos da formação do Antigo Testamento não são devidamente contemplados na obra de Gunneweg. Embora, no capítulo 1 cite a obra de Breveard Childs e também os impulsos de Rolf Rendtorff,<sup>[7]</sup> que buscam valorizar a forma final do cânon (*canonical approach*), Gunneweg não frutifica esses *insights* para dentro de seu fazer teologia bíblica. Isso, de certa forma, marca uma contradição. Porque fazer teologia bíblica deveria necessariamente levar em consideração a forma final do cânon e as várias releituras promovidas dentro do próprio cânon através de acréscimos e de (re)arranjos de todo o material. Dentro desse conjunto canônico final certamente há muitas tradições particulares que devem e podem ser detectadas como tais. Fazer teologia bíblica do Antigo Testamento, contudo, necessariamente implica em ler as tradições isoladas ou menores dentro do conjunto da obra, sempre mantendo a pergunta até que ponto a moldura modifica a pintura original do quadro em si. Neste sentido, Gunneweg, ao procurar descortinar a teologia do javista, mas também do escrito sacerdotal (P) fica preso a um esquema da teoria das fontes, que, entretantes, já está superado.

O outro capítulo que recebe bastante atenção da parte do autor é o capítulo 7, que trata da teologia das grandes profecias durante o período do reinado. Ao modo de Gerhard von Rad, Gunneweg destaca os principais traços teológicos de cada um dos profetas. Todo o esquema vai antecedido por uma discussão sobre a nomenclatura para designar estes personagens bíblicos, os quais novamente são vistos como um fenômeno religioso comum dentro do entorno cultural do antigo Israel. Uma questão crítica a ser anotada a respeito das explicações do autor é a sua compreensão dos profetas enquanto intérpretes da lei. Essa é uma tese tradicional da pesquisa, que, porém, já foi repetidas vezes revidada na pesquisa.<sup>[8]</sup> A compreensão tradicional, e também defendida por Gunneweg, era de que os profetas, em suas críticas sociais, estariam tomando por base leis anfictionicas, medindo, assim, as práticas sociais segundo as exigências dessas leis. Hoje, com os avanços no campo da pesquisa das leis do Pentateuco estima-se que dificilmente tais leis poderiam ter existido na forma escrita antes dos profetas radicais do século VIII a.C.; no máximo poderiam ter existido algumas leis consuetudinárias isoladas. Um código de leis com vigência efetiva para Israel provavelmente só pode ser pressuposto para o final do século VIII a.C. e os profetas provavelmente foram os preparadores para elevado conceito ético tanto em suas críticas quanto nas leis subseqüentes à atuação profética.<sup>[9]</sup> Com relação a seu postulado de que os profetas são pregadores das leis anfictionicas de Israel, o próprio Gunneweg não sabe indicar quais leis em particular poderiam ser enquadradas nesta categoria.

Os outros capítulos são todos mais breves, havendo certo equilíbrio na análise dos materiais. Certo destaque ainda recebe o capítulo 10, que trata do período pós-exílico. Um capítulo importante é o capítulo 1, no qual o autor procura descortinar a questão própria de uma teologia do Antigo Testamento e de uma teologia bíblica dentro do panorama da pesquisa bíblica do último século. Esse capítulo ajuda o leitor e a leitora a situarem melhor a proposta do autor dentro do conjunto dos esboços das teologias do Antigo Testamento. Vale destacar que o autor se propõe a superar o mero tratamento 'sistemático' na elaboração de sua teologia. Nisso se evidencia um seguimento a Gerhard von Rad na *Teologia do Antigo Testamento*, buscando o autor trabalhar as teologias das tradições do antigo Israel, claramente apontando para uma pluralidade e diversidade de esboços teológicos dentro do próprio cânon do Antigo Testamento. O autor consegue, em boa medida, manter-se na proposta de von Rad e até avançar para além dela, embora em algumas partes da obra transpareçam por demais certos pressupostos hermenêuticos obtidos antes do campo da teologia sistemático-dogmático do que exauridos do trabalho exegético dos próprios textos.

Os capítulos desta *Teologia Bíblica do Antigo Testamento* conseguem fazer apresentações gerais sobre os mais diversos materiais deste conjunto canônico. Mas há um conjunto que explicitamente falta no esboço. Trata-se das

leis, dos códigos legais e de suas expressões teológicas. Neste sentido deve-se destacar a obra *A Torá. Teologia das leis do Antigo Testamento* de Frank Crusemann.<sup>[10]</sup> Nesta obra, Crusemann toma justamente as leis e os códigos legais como pilares na construção do conjunto canônico da Torá e usa sobretudo o Código Deuteronomico (Dt 12-26) como âncora para a datação das outras leis, bem como critério estilístico e teológico para a datação dos outros conjuntos narrativos dentro do Pentateuco. Neste sentido, Crusemann destaca três grandes conjuntos de leis, surgidos em vários momentos da história do antigo Israel, mas alocados literariamente dentro do grande conjunto da 'perícope do Sinai/Horebe': o Código da Aliança (Ex 20,22-23,19), cuja redação decisiva é datada para o final do século VIII aC, em Judá; o Código Deuteronomico (Dt 12-26), entendido como revisão e ampliação do anterior na segunda metade do século VII aC durante a reforma josiânica; o Código da Santidade (Lv 17-26), surgido como a transformação necessária dos fundamentos legais de Israel durante o período do exílio babilônico. Cada um destes três códigos é e pode ser tomado como pedra de suporte para a derivação do desenvolvimento teológico do Antigo Testamento. Claramente, cada um dos códigos evidencia um passo rumo à concepção teológica marcante de Israel, isto é o monoteísmo exclusivo, que se firma sobretudo na época do pós-exílio. A ausência do tratamento teológico destes importantes materiais legais constitui uma lacuna lamentável dentro da *Teologia Bíblica* de Gunneweg. O autor dilui a legislação própria ou apropriada de Israel ou no período da pressuposta anfictionia ou no exílio/pós-exílio, tirando, assim, a potencial de reforma social proposta e pretendida nessas leis.

Até aqui procuramos destacar elementos importantes do pensamento de Antonius Gunneweg, especialmente na obra que aqui está sendo apresentada. Igualmente alguns comentários e questionamentos críticos já foram sendo anotados. Cabem ainda algumas considerações sobre o título e o subtítulo da presente obra. O título geral *Teologia Bíblica do Antigo Testamento* busca, em termos teóricos e metodológicos, fazer frutificar para dentro da apreciação do material literário e teológico do Primeiro Testamento a perspectiva de uma consideração pan-bíblica, isto é, um fazer teológico que sempre considera a necessária inter-relação entre Antigo e Novo Testamento desde uma perspectiva claramente cristã. Foi anotado que isso constitui um dos traços do pensamento e da obra do autor. Neste sentido, não haveria nada a comentar e a acrescentar se não fosse o subtítulo "Uma história da religião de Israel em perspectiva bíblico-teológica". Esse subtítulo cria algumas dificuldades e apresenta certa tensão em relação ao título geral. Isso porque a afirmação de pretender fazer uma "história da religião de Israel" cria expectativas que não são totalmente contempladas na obra e nem perfazem o seu eixo teórico e metodológico.

É verdade que o autor busca, na maioria das vezes, alocar historicamente o material literário, para a partir daí esboçar suas reflexões teológicas. Isso vale tanto para os profetas quanto para o autor Javista seja ele indivíduo ou comunidade. Mas o presente livro *Teologia Bíblica* justamente não é uma história da religião de Israel. É um livro que apresenta facetas dessa história da religião judaica. O seu ponto alto são as reflexões teológicas que são obtidas através de um clássico processo de exegese e dedução dos conteúdos querigmáticos dos referidos textos com pressupostos claramente dogmático-sistemáticos. Também a preocupação do autor em reiteradamente destacar a necessidade e a validade de uma fé pessoal e comunitária no encontro direto com Deus é importante.

Para ser uma "história da religião de Israel", porém, falta ao livro e à metodologia do autor um tratamento exatamente mais histórico. Em muitas passagens, o autor toma os textos bíblicos pura e simplesmente como testemunhos históricos fiéis na comunicação de eventos históricos. Isso não é errado, mas tanto em Homero, quanto em Flávio Josefo ou em Heródoto há que avaliar de caso para caso o grau de intencionalidade pessoal ou social na projeção dos conteúdos. Os textos necessitam passar por uma criteriosa avaliação para aferir o quilate de suas afirmações 'históricas'. Se o próprio autor assinala repetidas vezes que muitos textos tiveram sua origem em períodos muito posteriores ao dos eventos relatados, deve-se trabalhar com muito mais cautela na derivação do fundo histórico ali referido. Para uma história da religião do antigo Israel, com tratamento claramente mais histórico, com ampla inclusão do desenvolvimento das leis e dos códigos legais no antigo Israel, pode-se, sem qualquer hesitação, remeter para a obra de Rainer Albertz *Religionsgeschichte Israels in alttestamentlicher Zeit* [= História da religião de Israel no período vetero-testamentário].<sup>[11]</sup> Nesta obra, busca-se trabalhar de forma mais acurada e histórica os conflitos sociais e as influências políticas que afetaram diretamente o surgimento e o desenvolvimento das idéias religiosas no antigo Israel. Também os conflitos religiosos são mais claramente trabalhados, sem uma demasiada preocupação na reprodução dos conteúdos querigmáticos pelo fato de se tratar de textos canônicos. Há sempre a necessidade de se perguntar pelas intencionalidades históricas, sociais, teológicas, de gênero na produção dos textos. Também o tema do sincretismo é tratado como um processo cultural e social típico e próprio no desenvolvimento de qualquer religião.

Uma última questão a ser apontada, desde minha perspectiva, é que para o livro ser uma “história da religião de Israel” falta uma aplicação consequente de uma *perspectiva fenomenológica*. Quando o autor descreve fenômenos religiosos no antigo Israel, repetidas vezes há indicações para fenômenos similares nas culturas do entorno. Isso é um dado positivo, pois assim o leitor e a leitora podem ter mais claramente a percepção de que determinados fenômenos religiosos não são exclusivos de Israel ou da fé bíblica; são antes experiências comuns do *homo religiosus* em tempos e lugares diversos. Em algumas partes do livro, o autor consegue descrever melhor concepções e rituais religiosos de forma fenomenológica, por exemplo, na descrição dos cultos religiosos fora de Jerusalém, isto é no reino do Norte. Muito bem o autor destaca que as narrativas vétero-testamentárias relativas ao Israel do norte muitas vezes são produções literárias surgidas ou adaptadas tardiamente no reino do Sul, Judá, sob forte influxo da teologia deuteronômica-deuteronomista com seu postulado da adoração exclusiva a Javé e a centralização do culto em Jerusalém. Frente a isso, o autor destaca acertadamente que as imagens projetadas nestes textos não necessariamente correspondem à realidade, podendo inclusive haver deturpações e caricaturas. Assim, no caso da religião do Israel do Norte, apesar de haver menor número de testemunhos literários, há que se perguntar sempre pela forma e validade própria das práticas e idéias religiosas ali presentes.

A perspectiva fenomenológica é importante na análise do material literário do Antigo Testamento em particular, mas também de textos sagrados em geral, justamente para não haver um recuo para a descrição de algo como a ‘ontologia’ de Deus ou do Sagrado. Se por exemplo se afirma que “Javé não tolera imagens e deusas”, deve ficar claro que isso é representação de autores, que, como tais, projetam nos textos normativos a imagem de um Deus uno e só.<sup>[12]</sup> A existência de Deus deve metodologicamente pressuposta e teologicamente aceita em fé. Mas a perspectiva de Deus ou a vontade de Deus não pode ser exaurida ou deduzida com plena certeza dos textos analisados. Pois os textos são expressão do *homo religiosus*, isto é, quem se expressa através dos textos é uma pluralidade de sujeitos da fé, que, em conformidade com a pluralidade cultural, expressam também suas multicores percepções do divino. E toda percepção humana do Sagrado é sempre uma redução. O Deus que se revela é, na verdade, a poderosa força transcendental do *fascinans et tremendum* [= elementos fascinante e terrorífico], mas ele se torna comunicável na rede simbólica das palavras, nos feixos da comunicação humana. A percepção de Deus ou do Sagrado é um fenômeno religioso singular e verdadeiro, em toda a sua pluralidade, mas os conteúdos desse encontro somente podem ser expressos em termos dos códigos da linguagem humana.<sup>[13]</sup> Por mais extática e esotérica que seja a experiência, a sua comunicação sempre tenderá ao uso das possibilidades próprias da linguagem humana. Todo falar sobre Deus é sempre um falar humano; isso vale tanto para uma teologia do Antigo Testamento, para uma teologia bíblica ou qualquer teologia.

Aos coordenadores da série Biblioteca de Estudos do Antigo Testamento e aos editores resta expressar os cumprimentos pela iniciativa da publicação da *Teologia Bíblica do Antigo Testamento* de Antonius Gunneweg. Também o tradutor se esmerou em sua tarefa. A leitura da obra certamente contribuirá para o enriquecimento da cultura teológica em solo brasileiro e para um debate cada vez mais diferenciado sobre as importantes e inolvidáveis contribuições da cultura hebraica para a auto-compreensão humana nos mais diferentes períodos da história.

Prof. Dr. Haroldo Reimer

Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Professor na Universidade Católica de Goiás

[Texto publicado em GUNNEWEG, A. H. J. *Teologia bíblica do Antigo Testamento*. Uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005, p.11-22]

<sup>[1]</sup> Obra publicada por Editora Sinoçal e Escola Superior de Teologia, em 2003.

<sup>[2]</sup> Nas produções literárias do autor percebe-se essa preocupação com a atualização dos textos antigos para dentro do

mondo contemporâneo no sentido de ajudar as pessoas no seu próprio processo de reconhecimento existencial. A última obra póstuma do autor recebeu justamente o sugestivo título *Die Schrift kommt zu Wort. Predigten* [= A Escritura tem direito de expressão. Prédicas], Stuttgart, 2002.

[3] Obra escrita originalmente em 1972, em alemão, com sucessivas reedições e atualizações, sendo traduzida ao português por Monika Ottermann a partir da 6. edição. No Brasil, o livro está sendo editado em 2005 pelas editoras Teológica e Loyola, de São Paulo.

[4] Para uma visualização de sua produção bibliográfica, ver [www.bautz.de/bbkl/g/gunneweg](http://www.bautz.de/bbkl/g/gunneweg).

[5] Para uma discussão e exercícios interessantes sobre a leitura da Bíblia como obra, ver Jack Miles, *Deus: uma biografia*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1996.

[6] Vale destacar importantes contribuições de Othmar Keel e da chamada "escola de Friburgo", que busca situar as produções do Antigo Testamento em constante inter-relação com o entorno cultural e social. Para uma amostra vale a pena ler Othmar Keel, *Do meio das nações. A Bíblia como porta de entrada de culturas antigas do Oriente Próximo*, *Concilium* n. 257, Petrópolis 1995, p.10-21.

[7] Entre suas obras mais recentes, deve-se destacar a volumosa *Theologie des Alten Testaments: ein kanonischer Entwurf* [= Teologia do Antigo Testamento: um esboço canônico]. Neukirchen-Vluyn, v. I 1999 e v. II de 2001, mas também o livro *Der Text in seiner Endgestalt. Schritte auf dem Weg zu einer Theologie des Alten Testaments* [= O texto na sua forma final. Passos no caminho para uma teologia do Antigo Testamento]. Neukirchen-Vluyn, 2001. Anteriormente, o autor já havia esboçado suas idéias fundamentais na sua *Introdução ao Antigo Testamento* (original de 1983), que em breve será publicada pela Editora Teológica.

[8] Eu mesmo procurei evidenciar isso no meu trabalho de doutorado sobre Amós. Cf. Haroldo Reimer, *Richtet auf das Recht! Studien zur Botschaft des Propheten Amos* [= Restabelecei o direito! Estudos sobre a mensagem do profeta Amós], Stuttgart 1992.

[9] Ver Haroldo Reimer, Sobre a ética nos profetas bíblicos. *Estudos Bíblicos*, n. 77, Petrópolis, 2003, p.29-38.

[10] O original alemão é de 1992; em português, a obra foi publicada pela Editora Vozes, em 2002, alcançando logo uma segunda edição.

[11] Publicado em dois volumes (1992 e 1996) em Göttingen, Alemanha pela Editora Vandenhoeck e Ruprecht. A obra está em processo de tradução na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, RS.

[12] Sobre o desenvolvimento da fé monoteísta no antigo Israel, cf. meu artigo de resenha de pesquisa Sobre os inícios do monoteísmo no antigo Israel, *Fragmentos de Cultura*, v.13, n. 5, Goiânia, 2003, p.967-987.

[13] Sobre isso, ver J. Severino Croatto, *Linguagens da experiência religiosa – Uma introdução à fenomenologia da religião*, São Paulo, Paulinas, 2001.